

*Ata da 36ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 19 de outubro de 2012.*

Presidência da Senhora Deputada Fátima Nunes *ad hoc*. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial para **discutir Resíduos Sólidos e Ambiente Saudável**, proposta pela Deputada Fátima Nunes. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa os (a) Srs (a): Renavan Andrade Sobrinho, Superintendente de Saneamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, representando o Secretário Cícero Carvalho Monteiro; Deputado Federal Josias Gomes; Márcia Jurema Magalhães Trocoli, Superintendente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER); Dra. Fabiana Almeida de Miranda, Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensora Pública; Dra. Karinny Guedes, Promotora de Justiça do Ministério Público, Coordenadora da Câmara Temática de Saneamento; Jorge Araújo das Virgens, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Lauro de Freitas; Ubiratan Santana Barbara, representante da Comissão Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; Lezineide Andrade Chagas, Diretora da Empresa de Limpeza Pública de Camaçari. A Sra. Presidente ressaltou a relevância do tema abordado nesta Sessão, com ênfase no incentivo às cooperativas de reciclagem e valorização dos catadores de resíduos urbanos, posto que as cooperativas de catadores surgem como importante alternativa para a redução dos impactos ambientais gerados pelo acúmulo de lixo, além de servir como fonte de renda para as pessoas que vivem dessa atividade. Informou que tramita na Casa o Projeto de Lei nº 16.930/2007, de sua autoria, que autoriza o Estado a financiar e oferecer subsídios para a formação de cooperativas de coleta de resíduos sólidos passíveis de reciclagem, e declarou que acredita que, com a aprovação da proposta, os catadores baianos terão apoio para realizar um trabalho ainda mais rendoso e eficiente. Mencionou que em todas as regiões do Estado há um grande acúmulo de resíduos sólidos, elementos de difícil degradação, que causam prejuízos à saúde da população e servem como um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentável. Comentou sobre a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê incentivos fiscais para cooperativas de catadores e estabelece que os planos municipais devem, prioritariamente, criar projetos em parceria com essas associações. Encerrou destacando a necessidade de se elaborar políticas públicas para tratar sobre esse assunto, visto que o país, de acordo com estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), perde R\$ 8 bilhões por ano quando deixa de reciclar

todo material reciclável que é encaminhado para aterros e lixões. O Sr. Renavan Andrade Sobrinho abordou a Lei nº 12.305, sancionada em 2010, que também traz como foco principal o encerramento de lixões até 2014 e a responsabilidade compartilhada da destinação final ambientalmente adequada, e prestou esclarecimentos sobre a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Reportando-se ao âmbito estadual dessa Lei, informou que o projeto tem como conteúdo metas de redução, reutilização, reciclagem, normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado e medidas para incentivar e viabilizar a gestão compartilhada dos resíduos sólidos, entre outros fatores. Relatou as ações da Conder no que concerne aos resíduos sólidos, visando a construção de um ambiente saudável, apresentou um diagnóstico e relatou a ordem de prioridade na gestão desses resíduos. Enfatizou a importância da União, Estado e municípios elaborarem projetos para o tratamento dos resíduos, ponderando que deve haver responsabilidade compartilhada com os fabricantes e com a população, visando reduzir a quantidade do lixo despejado no meio ambiente. Destacou a importância da coleta seletiva e a implantação dos aterros de rejeitos, e informou que existem recursos provenientes do PAC's 1 e 2 destinados a projetos de tratamentos de resíduos. A Sra. Presidente anunciou a presença de entidades, órgãos, escolas, representantes da sociedade e autoridades. A Sra. Márcia Jurema Trocoli informou que a Conder é a empresa responsável pela execução dos resíduos sólidos no Estado da Bahia, e relatou algumas ações destinadas ao tratamento desses resíduos, dando ênfase ao trabalho realizado no aterro sanitário de Itariri, em Ilhéus e na intervenção e recuperação total da Feira de São Joaquim, em Salvador. Discorreu sobre a responsabilidade da União, do Estado e dos municípios, e considerou que a sociedade precisa despertar no sentido de saber de que forma pode contribuir para a redução e tratamento dos resíduos sólidos. Comentou sobre os projetos especiais a serem realizados com recursos provenientes dos PAC's 1 e 2, bem como a abrangência desses projetos, e finalizou apelando pela participação de todos, em um esforço conjunto entre o Poder Público e a sociedade. O Deputado Federal Josias Gomes avaliou o tema como relevante, e destacou a importância da participação dos jovens da rede pública nesta Sessão, como forma de propagar as idéias aqui apresentadas. Considerou significativa a aprovação da Lei nº 12.305, sancionada em 2010, como também tem sido relevante todas as leis aprovadas no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, no sentido de valorizar cada vez mais o meio ambiente, em prol da construção de um País mais sustentável. A Dra. Karinny Guedes comentou sobre o papel do Ministério Público Estadual, que tem por objetivo defender os interesses da sociedade, entre eles, o meio ambiente. Mencionou os prejuízos gerados pelos lixões, ponderou sobre a responsabilidade no tratamento aos resíduos sólidos, que perpassam pela sociedade e pelos Poderes Públicos,

Federal, Estadual e Municipal, e lembrou que o lixo também pode representar valor para a geração de renda, vide o trabalho realizado pelos catadores, que também merecem atenção especial do Estado. Relatou o trabalho do Ministério Público acerca do manejo adequado dos resíduos sólidos, destacou a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), firmados com as prefeituras, visando melhorar o gerenciamento do lixo, e tratou sobre a intervenção do MP junto aos consórcios municipais. Apresentou o Programa Institucional de Resíduos do Lixão à Gestão Sustentável, e ressaltou a necessidade de implantar a Política Estadual de Resíduos Sólidos, destacando a obrigação e responsabilidade de cada município, contando com o apoio do Estado. A Sra. Presidente anunciou a exibição de um vídeo proposto pelo Secretário do Meio Ambiente de Lauro de Freitas. A Dra. Fabiana Almeida comentou brevemente sobre a atuação da Defensoria Pública, que tem por principal objetivo promover os direitos humanos. Tratou sobre o papel da Defensoria em prol dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, que enfrentam situação de extrema pobreza, o que leva à exclusão da cidadania e a situação de vulnerabilidade. Mencionou que o trabalho da Defensoria em prol dos catadores está na exigência da efetividade do plano político ou judicial do Programa de Recursos Sólidos, bem como na concretização da Política Nacional de Resíduos Sólidos, defendendo os direitos sociais desse segmento, além de garantir a dignidade dessas pessoas. Por fim, avaliou que o grande problema que o órgão enfrenta está relacionado ao reduzido número de defensores, o que impede a realização de um trabalho mais célere em prol dos menos favorecidos. O Dr. Ubiratan Santana Bárbara declarou que os catadores estão travando uma luta muito grande nos âmbitos nacional e latino-americano. Criticou a utilização de usinas de incineração, por considerar que são muito prejudiciais à saúde, e reivindicou os direitos humanos dos catadores. Cobrou o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e finalizou elogiando o governo do PT, único a se preocupar com o segmento dos catadores. A Sra. Presidente informou que deu entrada em um projeto de lei destinado aos catadores de lixo, propondo ao Governo que garanta a esse segmento algo semelhante ao 13º salário. A Sra. Lezineide Andrade Chagas relatou o trabalho de tratamento e manejo de resíduos sólidos realizado em Camaçari, um trabalho de gestão pública. Prestou esclarecimentos sobre o aterro sanitário do Município que funciona há mais de 31 anos, parte de um projeto da Conder, e que atende outros municípios da região metropolitana. Afiançou que o Prefeito Luiz Caetano, nos últimos oito anos, não mediu esforços em ajudar a Limpec, passando a relatar o trabalho desse órgão, e considerou que os gestores públicos devem investir continuamente no tratamento e manejo de resíduos sólidos, bem como no incentivo à criação de novas cooperativas, contribuindo dessa forma para a criação de cidades sustentáveis. Por fim, ressaltou a importância da gestão compartilhada,

entre Poder Público, a empresa e a sociedade, no tratamento e manejo desses resíduos, bem como a inserção social dos catadores. A Sra. Presidente em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a participação e presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -